II Simpósio de Pesquisa do Ecossistema Ânima:

**Juntos pelo Conhecimento: um novo saber cria um novo amanhã**

**OLHOS QUE NÃO VEEM, PORTAS QUE SE FECHAM: O ABANDONO FAMILIAR DAS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL E OS IMPACTOS SOCIOEMOCIONAIS.**

**Autores e Orientadores:**

Ivina Maria Guimarães de Carvalho¹, Universidade Salvador (Ivinamariag10@gmail.com); Dra. Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres² (Orientadora), Universidade Salvador, (claudia.to@animaeducacao.com.br).

**Resumo**

A existência do corpo feminino é atravessada pelas mais variadas violências e invisibilidades, em que somada ao ideário de criminosa, é marcada pela exclusão e desamparo. A presente pesquisa consiste em compreender os impactos socioemocionais do abandono familiar nas mulheres no Hospital de Custódia e Tratamento, a fim de observar as repercussões no prognóstico. Trata-se de um estudo qualitativo, cujos objetivos têm sido alcançados através de estudo de caso e sob apoio na literatura vigente. Os resultados encontrados até o presente momento apontam o abandono familiar e social das mulheres que cumprem medida de segurança no HCT. Sem local de moradia, renda e suporte para retomar a vida fora dos muros, 5 das 13 mulheres permanecem na unidade mesmo após o recebimento do alvará de soltura, evidenciando o desamparo e invisibilidade no contexto da saúde mental das mulheres encarceradas.

**Introdução:**

Quando crime e loucura se atravessam no encarceramento feminino, potencializam-se os fatores de vulnerabilidade e aprofunda-se a situação de exclusão social (OLIVEIRA, 2017). O papel da mulher e da sua existência socialmente foi e ainda é constituído por “regimes de conduta que ditavam sua maneira de existir” (Santos e Silva, 2019, p. 461). Dentro do cenário que rodeia o encarceramento da mulher, especialmente no setor psiquiátrico, é necessário considerar que há importante correlação a ser analisada entre os crimes historicamente atribuídos aos papéis sociais desempenhados por mulheres na sociedade, destacando-se: papel como esposa (homicídio do marido) e o ”atentado à maternidade”, representado pelo infanticídio (LEOPOLDO E ROSA, 2019). Nesse sentido, reconhece-se e nomeia-se o ato delituoso de uma mulher a partir do quanto este representa a ruptura com o seu papel social, papel este ao qual essa mulher teve a eterna missão de assumi-lo, sobretudo considerando o seu ser e o seu devir, ou vir-a-ser. No que se refere à mulher criminosa, ainda na perspectiva de Leopoldo e Rosa (2019), o crime que mais ganha projeção é aquele relacionado ao seu papel tradicional, especialmente como mãe.

A mulher criminosa cumpre sua pena tanto no setor penal, quanto moral (Santos e Silva, 2019, p.461), e como consequência disso, observa-se uma ”interrupção das relações familiares e o afrouxamento significativo dos vínculos das relações pregressas. Após a condenação, verifica-se um esfacelamento do núcleo familiar” (SANTOS. et al., 2017). Dadas as considerações mencionadas, um dos objetivos que norteiam o presente artigo é compreender como o desamparo familiar, bem como o enfraquecimento das redes de apoio e vínculos afetivos, contribuem para a piora do prognóstico dessas mulheres em privação de liberdade dentro do contexto psiquiátrico.

Para compreender a contribuição desse abandono no cenário da saúde mental dessas mulheres, é fundamental considerar os fatores de proteção, desde o seu conceito até a influência. Para Cardoso (2018) os fatores de proteção são um suporte emocional e social, são representados pela família, pelo contexto, pelo suporte emocional, entre outros (BORSA e SEGABINAZI, 2018). Dentre eles, vale destacar o apoio social e a coesão familiar. Tem-se, pois, que deve ser de interesse da psicologia, sobre a luz das ciências psicológicas, considerar a influência desses fatores na promoção de saúde mental e intervenções pertinentes que integrem não só essas mulheres encarceradas, mas a comunidade, o seio familiar e os integrantes da própria instituição carcerária. Considerar a saúde mental como uma variável importante a ser investigada e promovida é ainda papel contínuo do que foi proposto desde o início do Movimento da Reforma Psiquiátrica nos anos 70, que considera o sujeito em adoecimento mental como um sujeito de direitos civis e sociais, que deve ser respeitado em sua existência e necessidades.

A prisão pode ser analisada sob uma perspectiva da mutilação do eu; é perder-se diante do encarceramento, perdendo-se não somente o que se é, mas sobretudo o devir; vir a ser. Como ressaltado pelo Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (2007), um dos aspectos negativos mais incidentes nas vidas das mulheres presas é o distanciamento da família, diferentemente da realidade vivenciada pelos homens presos, os quais em geral mantém seus vínculos familiares durante o período de encarceramento. Dessa forma, considerando os fatores protetivos anteriormente mencionados, como o apoio social e a coesão familiar e a importância destes para a manutenção da saúde mental, é pertinente considerar a problemática do desamparo familiar engendrando um cenário desfavorável para um melhor prognóstico das mulheres acometidas por transtornos mentais. Dentre o que aqui se pretende considerar como prognóstico, está a melhora do curso da doença; possibilidade de reinserção social e viabilidade de novas perspectivas de vida, considerando as limitações e potencialidades inerentes a cada uma dessas mulheres que encontram-se internadas no Hospital de Custódia e Tratamento.

Neste escopo, objetiva-se investigar como o apoio social e a coesão familiar podem favorecer o prognóstico da saúde mental. Analisar a viabilidade dessa interseção entre a rede familiar e as atividades realizadas pelas internas, que poderão ser mediadas pelo serviço de psicologia, podem contribuir para o início da construção de um longo percurso ao qual a psicologia não pode se isentar: a psicoeducação, tanto com a família, quanto com as internas, para que, posteriormente, seja possível delinear uma realidade que considera o adoecimento mental, as suas limitações e sobretudo possibilidades no retorno ao convívio social. A abordagem teórico-metodológica deste estudo, beneficiou-se das pesquisas bibliográficas e documentais desenvolvidas no âmbito dos projetos “Desinstitucionalização e Desinternação Progressiva do Hospital de custódia e Tratamento: tecnologias sociais para inclusão das pessoas com transtorno mental”, “Saúde mental: Desinstitucionalização e inclusão social de pacientes em cumprimento de medida de segurança custodiados”.

**Palavras-chave:** Mulheres encarceradas, Saúde mental, Desamparo familiar.

**Métodos:**

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo cujos objetivos têm sido alcançados através de Estudo de Caso (cenário da população do HCT-BA). O estudo objetiva analisar as percepções das internas do sistema prisional institucionalizadas no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico acerca do suporte familiar e qualidade das suas relações sociais e familiares, buscando analisar como o desamparo pode impactar no prognóstico em saúde mental, além dos seus impactos socioemocionais. Além disso, objetiva-se também refletir acerca da atuação da psicologia na redução dos efeitos deletérios desse cenário, identificando as ações de psicoeducação e saúde no sistema prisional associadas ao tema. Iniciamos com a revisão de literatura sobre o tema, consultando nas bases de dados do PUBMED, SCIELO, Google Acadêmico e Cochrane Library, utilizando-se descritores como cárcere e prisão ou hospital de custódia; saúde mental; mulheres encarceradas; desamparo familiar; fatores de proteção e prognóstico.

A pesquisa documental também foi fundamental para ter acesso aos dados extraídos dos documentos do DEPEN e SEAP quanto ao Plano de Contingência e a pesquisa de campo, com estudo observacional no Hospital de Custódia e Tratamento (SEAP-BA). O acesso aos dados dos prontuários, registros, protocolos e fluxos foi autorizada pela gestão prisional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do Estado da Bahia (SEAP-BA). O conhecimento teórico possibilita a concatenação dos dados obtidos por meio das observações, além disso, direciona a análise dos dados obtidos nas entrevistas.

Com base na análise feita nos dados da literatura relacionada, foi elaborado o principal instrumento de pesquisa, que é a Entrevista Semiestruturada. A entrevista conta com a parte inicial de dados básicos de identificação, tais como Nome completo, idade, tempo de reclusão, diagnóstico. Serão realizadas consultas nos prontuários e em documentos da SEAP, que já foram autorizados. Duas categorias a serem analisadas emergiram do estudo. A 1ª categoria refere-se à percepção de importância das visitas para as internas, e a 2ª categoria visa investigar a sua relação com a família antes e durante o período do encarceramento.

**Resultados e Discussões:**

A população internada no Hospital de Custódia e Tratamento (HCT), espaço de custódia, abrigamento e tratamento de pessoas em cumprimento da Medida de Segurança, que em razão do transtorno mental, são incapazes de reconhecer o caráter ilícito da ação. Há 13 mulheres internadas, 8 delas estão na unidade há mais de dois anos. 5 mulheres das 13 internas estão em condição de abandono familiar e sem condições de retorno ao município de origem porque perderam os vínculos familiares e sociais e não conseguiram vagas nos serviços residenciais terapêuticos. São mulheres que apresentam Carta de desinternação ou Alvará de soltura, mas não podem voltar à convivência social em razão de não possuírem renda, vínculos, moradia ou suporte social. A maior parte situa-se na faixa etária dos 36 a 57 anos.

Embora o estudo ainda esteja em andamento, os dados obtidos até então, com base no levantamento inicial, constam nos gráficos a seguir:

 

**Conclusões:**

O tema apresenta a urgência de uma existência que precisa ser vista, considerada, e sobretudo validada enquanto um ser humano no amplo aspecto da sua potência. Considerando a pesquisa bibliográfica realizada na literatura vigente supracitada, bem como no Acervo do Arquivo Público, é possível retornar ao tema que orienta esse estudo “Olhos que não veem, portas que se fecham”, onde, de fato, a invisibilidade das mulheres cursa com portas eternamente fechadas. Compreendem-se como “portas”, pois, possibilidades: de existência, de cuidado, saúde e sobretudo amparo social e familiar. Dessa forma, o cuidado em saúde mental no contexto dos Hospitais Psiquiátricos, como o HCT, cenário onde se concentra o presente estudo, deve integrar toda uma rede de atenção que compreenda como parte do processo de promoção de saúde, o fortalecimento de vínculos e participação da rede familiar nesse tratamento.

Espera-se, pois, que a partir dos resultados posteriormente obtidos, seja possível compreender as nuances do abandono familiar no prognóstico das mulheres que encontram-se cumprindo medida de segurança. Assim, será possível pensar no rearranjo do fazer da psicologia no que se refere a uma abordagem mais integrativa e descentralizada do modelo biomédico tradicional

Descrever a conclusão dos autores com base nos resultados, relacionando-os aos objetivos da pesquisa. Quando os resultados permitem uma generalização da conclusão, deve-se fazê-lo, porém quando não permitem é importante que se ressalte que as obtidas são relativas à população estudada. Cabe ressaltar que este estudo está vinculado ao projeto “Desinstitucionalização e Desinternação Progressiva do Hospital de custódia e Tratamento: tecnologias sociais para inclusão das pessoas com transtorno mental”, e ao documentário produzido: Reescrevendo a história: Desinstitucionalização do Hospital de Custódia. Disponível: <https://youtu.be/1HdVuV99gfM?feature=shared>

**Referências:**

AMARANTE, P. **Saúde mental e Atenção psicossocial**. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017.

BAHIA. **Plano de Contingências para o enfrentamento de emergência da COVID-19 no Sistema Penitenciário da Bahia**. SEAP. BAHIA, 2020.

BRASIL.Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO N. 487, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023. Disponível: <https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2023

BRAGÉ, E., GRIBEIRO, L. S., ROCHA, D. G., RAMOS, D. B., VRECH, L. R., e LACCHINI, A. J. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 2020.

LEOPOLDO, A., e ROSA, L. **Quem são as loucas infratoras?** Uma reflexão sobre as mulheres que cumprem medida de segurança e a gestão de políticas públicas na saúde mental. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019.

SANTOS, J. e SILVA, M. **Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados**. Revista Psicologia Política. 459-474, 2019.

TORRES, Corine. TORRES, Cláudia Vaz. Psicologia, saúde mental e covid-19: uma análise da aplicação da medida de segurança. **SEPA** - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS, v. 20, n. 1, 2021-2022. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/7933/4899> Acesso em 08 de julho de 2023.

SANTOS, J. e SILVA, M. **Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados**. Revista Psicologia Política. 459-474, 2019.

TORRES, Claudia Regina de Oliveira Vaz. Saúde mental e encarceramento: impactos da pandemia no Hospital de Custódia e Tratamento. In. MENEZES, José Euclimar Xavier. **Direitos Humanos e Cárcere**: sentidos da investigação sobre a cultura da violência. Coleção Direitos Humanos Aplicados, Curitiba: CRV, 2022, p.91 a 108.

**Fomento:** O trabalho teve a concessão de Bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e PROCIENCIA.